



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **A resistência negra na cidade do Rio de Janeiro e o seu reflexo na construção do urbano contemporâneo**

**Wladimir Silva Valladares**  
UFRJ / IPPUR / ETTERN / NEGRAM

### **Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo**

*O presente trabalho, destina-se a uma reflexão sobre o atual estágio de inserção da população negra no Brasil. O argumento principal é o de que para se compreender os desafios e mobilizações vividas por esses sujeitos historicamente subjugados, faz-se necessário um resgate do percurso vivido por essa parcela da sociedade. Buscando observar, suas vinculações com o processo de desenvolvimento econômico e as transformações urbanas vividas no país e em particular na cidade do Rio de Janeiro, caixa de retumbância e centralidade destacada do desenvolvimento socioeconômico do país. Para essa reflexão, iniciamos realizando um trajeto histórico, visitando alguns dos momentos basilares da experiência negra na cidade do Rio de Janeiro. Nesse decurso, observamos, o papel que a administração pública cumpriu, tanto como coautora de parâmetros ideológicos, quanto como executora de políticas discriminatórias que foram socialmente construídas ao longo do tempo. No decorrer do texto. Em seguida, analisando alguma das contribuições sobre a temática da experiência negra no Brasil, levantamos algumas das hipóteses possíveis para o que apontamos como fragmentação das lutas negras. Por fim, argumentando a necessidade de um olhar mais específico, portanto, mais assertivo sobre a contemporaneidade da presença ou ausência dos estudos da questão negra no campo do urbanismo.*

*Palavras-chave: Desigualdades; exclusão; negros; segregação; resistência.*

### **Black resistance in the city of Rio de Janeiro and its reflection in the construction of contemporary urban**

*The present work is intended to reflect on the current stage of insertion of the black population in Brazil. The main argument is that in order to understand the challenges and mobilizations experienced by these historically subjugated subjects, it is necessary to rescue the journey experienced by this part of society. Seeking to observe, its links with the process of economic development and the urban transformations experienced in the country and in particular in the city of Rio de Janeiro, box of resounding and highlighted centrality of the socioeconomic development of the country. For this reflection, we started by taking a historical path, visiting some of the key moments of the black experience in the city of Rio de Janeiro. In this course, we observed the role that public administration played, both as co-author of ideological parameters, and as executor of discriminatory policies that were socially constructed over time. In the course of the text. Then, analyzing some of the contributions on the theme of the black experience in Brazil, we raise some of the possible hypotheses for what we point out as the fragmentation of black struggles. Finally, arguing the need for a more specific, therefore, more assertive look at the contemporaneity of the presence or absence of studies of the black issue in the field of urbanism.*

*Keywords: Inequalities; exclusion; black; segregation; resistance.*

## **La resistencia negra en la ciudad de Río de Janeiro y su reflejo en la construcción del urbanismo contemporáneo**

*El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la etapa actual de inserción de la población negra en Brasil. El argumento principal es que para comprender los desafíos y las movilizaciones vividas por estos sujetos históricamente sometidos, es necesario rescatar el recorrido vivido por esta parte de la sociedad. Buscando observar, sus vínculos con el proceso de desarrollo económico y las transformaciones urbanas experimentadas en el país y en particular en la ciudad de Río de Janeiro, caja de rotunda y destacada centralidad del desarrollo socioeconómico del país. Para esta reflexión, partimos de hacer un recorrido histórico, recorriendo algunos de los momentos clave de la experiencia negra en la ciudad de Río de Janeiro. En este curso observamos el papel que jugó la administración pública, tanto como coautora de parámetros ideológicos, como ejecutora de políticas discriminatorias que se construyeron socialmente a lo largo del tiempo. En el transcurso del texto. Luego, analizando algunas de las contribuciones sobre el tema de la experiencia negra en Brasil, planteamos algunas de las posibles hipótesis para lo que señalamos como la fragmentación de las luchas negras. Finalmente, argumentando la necesidad de una mirada más específica, por tanto, más asertiva sobre la contemporaneidad de la presencia o ausencia de estudios sobre la cuestión negra en el campo del urbanismo.*

*Palabras clave: Desigualdades; exclusión; negro; segregación; resistencia.*

### **1. Introdução**

Quando analisamos nesse início do século XXI, o quadro dos desafios sociais postos na organização das cidades, onde a carência educacional, a precariedade na saúde, o crescimento desordenado das cidades e o déficit habitacional constituem a realidade, podemos dimensionar a importância crescente da atenção dos diversos atores que para além da administração pública, incidem sobre os diversos urbanos que se apresentam com as suas mais diversas especificidades, mas que, simultaneamente, desenham algumas confluências.

Diversos são os trabalhos e pesquisas que se destinam o estudo da construção do urbano e de seus desafios, analisando sobre os mais diversos aspectos as bases causais e a articulação dessas demandas específicas com a estrutura socio econômica desenvolvida no país e seus desdobramentos em âmbito regional e urbano.

Entre essa miríade de tensionamentos e disputas político-temática, assim como a questão de gênero, a questão racial, mesmo que persistentemente silenciada, constitui-se de elemento fundamental para a compreensão da totalidade de nossa sociedade, por extensão da configuração urbana.

Nesse sentido é que acreditamos poder, e ser necessário desenharmos um traçado histórico, político, embasado em fatos empíricos e acúmulos teóricos que, mesmo por vezes enviesado, desnudam as escolhas que regimes e administrações passadas seguiram. Essa linha retroativa nos levará ao início do século XX onde, em nome de uma modernidade representada por transformações urbanísticas, foram gestados vários dos problemas socioeconômicos que nos assolam até os dias atuais, onde a população negra encontra-se no centro dos eventos.

Levando-se em conta a amplitude necessária para o desenvolvimento de tal pesquisa, apontaremos alguns recortes temporais que acredito basilares para o

desenvolvimento das hipóteses que serão levantadas. Tendo como recorte temporal central o período entre dois momentos importantes na história nacional. Iniciando com a chegada da Família real à cidade que seria a nova sede da corte portuguesa. Este fato se dá em condições únicas, resultando na transição de cidade modesta em uma capital de um império e berço das transformações que serviriam de locomotiva na construção do país. O segundo momento é a transição entre a cidade ressignificada no período imperial e seus resquícios coloniais. Um Rio de Janeiro, preso entre o seu relevo e a matriz econômica em transição para o capitalismo, findou por vez esse século XIX e criou as condições efetivas para uma urbe progressivamente moderna. Uma “cidade maravilhosa” com novas contradições e nova estratificação espacial das classes sociais.

Para a realização dessa pesquisa, lançamos mão de uma revisão da produção do conhecimento realizada por diversos campos da ciência. Tendo em vista, construir um breve balanço de fatos e apreciações sobre estes, buscamos um nexo, um encadeamento que, pudesse associar sentido a análise. Longe de se propor a ser um léxico sobre o tema, ao menos possa ser um ponto de partida para futuras pesquisas.

Ao retrocedermos no tempo, para entendermos a sequência de fatos e escolhas que nos trouxeram a nossa contemporaneidade, não encontrará no início do século XX o seu ponto focal. Portanto, assim como traçamos essa linha de eventos do desenvolvimento urbano ocorrido no século passado para compreendermos as escolhas e opções e em qual leito social, político e econômico esse ponto no tempo se encontrava, acreditamos ser necessário retrocedermos até o início do século XIX.

As transformações urbanísticas, assim como as transformações sociais, econômicas e culturais, mudariam definitivamente a organização do espaço da cidade e o ritmo de vida de sua população. Destarte, devemos encarar aos fenômenos sociais que enfrentamos na atualidade, como parte de um contínuo, de um jogo de causas e consequências. Em uma análise dialética, onde os fenômenos empíricos e os conceitos teóricos, duelam no calor pulsante das ruas da cidade que, no passar dos séculos, viu grafada no tempo e no espaço um cabo de guerra entre a elite e sua população.

## **2. A escravidão e racismo como base constitutiva nas relações sociais na cidade**

A segregação racial foi e ainda é uma parte indelével da experiência negra no Brasil. No período colonial, e prosseguindo nos regimes posteriores, o negro “tinha o seu lugar” e o Estado, garantia, através do seu peso institucional, as bases legais e operacionais, para que essa estratificação social e racial fosse garantida. Configurando uma caracterização, para além da condição social de servidão. Podemos observar distinção de raça e essa cultura de segregação, aplicadas quando observamos que, mesmo aos indivíduos alforriados, eram destinadas áreas distintas para viver, se banhar e cultuar. Como veremos mais adiante, não nos referimos apenas às culturas consideradas pagãs de origem africana, mas também àquelas que professavam a fé católica.

As condições de vida dos escravos no Brasil colônia, na passagem do rural para o urbano, são descritas por (FREYRE, 2003). Traçando um realístico cenário de

crueledade e precariedade das condições dos negros, escravos ou forros, na passagem de uma colônia essencialmente rural para a vida em núcleos urbanos. Como ressalta o autor, a urbanização do país desfez a tácita relação entre senhores brancos e escravizados negros. Apesar das péssimas condições que os negros encontrariam nessa nova forma de sobrevivência nas cidades, as possibilidades de ascensão social se ampliaram, por mais que essa possibilidade estivesse submetida às características individuais.

Não seria exagero supor que as próprias dificuldades que (FREYRE, 2003). aponta, advenham da despreocupação social do Estado colonial para com esses indivíduos, do que a capacidade individual e coletiva. A carência e a mazela, foram filhas do destrato e desalentos passados por esses indivíduos que na escravidão, na subserviência e na subalternidade foram a mola motriz do desenvolvimento do país.

Por certo, que apesar do amaciamento na condição de vida de alguns negros, privilegiados por compartilhar a intimidade da casa grande, os negros de modo geral haveriam de preferir a liberdade sofrida dos mocambos às opressões aviltantes a que foram submetidos nas senzalas.

### **3. O Rio de Janeiro Negro no século XIX**

#### *3.1. A chegada da família real e as intervenções urbanísticas no Rio de Janeiro. Primeira metade do século XIX*

A chegada da corte ao país, representou uma significativa mudança de rumo e de enfoque da administração pública no Brasil. As transformações urbanísticas, administrativas e políticas por que passou a cidade do Rio de Janeiro para se transformar na capital da corte, passavam por construir uma cidade ideal, marco de virtudes e poder, digna de seu ineditismo como capital europeia em solo americano. (MARTINS; ABREU, 2004) citando (MARY KARASCH. 1985, p. 129) afirma que a situação do Rio era singular: “seria a única cidade colonial a confrontar seus senhores com a desconfortável realidade de três séculos de regime colonial”.

O processo de transformação que se seguiu, não apenas se valeu das distinções raciais, apoiadas no sistema escravocrata<sup>i</sup>, como também as aprofundou e as codificou como paradoxal à modernidade pretendida. Para tal empreitada, imbuu-se a Intendência geral de polícia<sup>ii</sup>. Criada pelo príncipe regente logo após a chegada da corte a cidade. Coube a esta a tarefa de coordenar a maioria de tal empreitada, contribuindo para a organização, orientação e execução de diversas das transformações urbanísticas, morais e comportamentais pelas quais passaram a província e a colônia.

A Intendência, com poderes extensos e estruturalmente complexos, produziu boa parte de suas realizações empregando expedientes moralmente questionáveis. Não sendo, portanto, raro o emprego de mão de obra arrebatada de jovens e detentos, que eram produzidos<sup>iii</sup> para que se desse, continuidade, às obras transformadoras da ex-colônia e, em especial, da capital da corte.

A busca pela segurança, moral e bons costumes, foram a grande desculpa para a ação despótica e implacável do Estado contra negros, estrangeiros,

dissidentes. A que se observar que desses grupos seria justamente o negro, o alvo mais fácil e “prazerosamente” punido pela ação desse Estado monárquico.

A própria presença de negros na capital, constituía em um dos paradoxos e sobreposições de temporalidades<sup>iv</sup> que constituíram aquele momento específico de consolidação de instituições sociais e administrativas, simultaneamente a necessidade de uma mão de obra, ampla, farta e disponível. Como nos diz (SCHULTZ, 2008) “muitos eram os memorialistas e funcionários que argumentavam que a escravidão opunha à prosperidade do novo império”.

O fato é que o período joanino, se não fundou, intensificou, em um momento muito profícuo de transformações na base econômica mundial, algumas das marcas de organização administrativas e desenvolvimento econômico e social próprias da então colônia que, em certo modo, iriam se manter durante o período imperial.

Uma das instituições, que consistiriam em um elemento fundamental para o exercício da violência apaziguadora, que seria depositária da garantia da necessária paz e urbanidade, foi a criação Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte. Criada em 13 de maio de 1809 (vejamos que coincidência irônica), que seria o núcleo introdutor do conceito de uma polícia militarizada no Rio de Janeiro<sup>v</sup>. Esta organização, é merecedora de vastos estudos sobre o seu papel ao longo da história brasileira, como elemento de contenção, controle e submissão das classes menos favorecidas.

Cabe a dúvida, se o papel aludido, pode ser traduzido como base armada de um racismo. Acredito e aponto, a necessidade de pesquisas subseqüentes, para avaliar se no período estudado que coincide com o de sua criação, não teria contribuído, como elemento estruturante da segregação de Estado, forjando em seu nascedouro, seu propósito e missão.

A Intendência dedicava boa parte de suas atenções à questão da população negra a título de uma preocupação com a segurança. Como (SCHULTZ, 2008) afirma, o grande desafio era estruturar um ambiente de urbanidade e cordialidade civilizada, fator necessário para o sucesso da empreitada de implementação da corte na antiga colônia.

Com essas mudanças forçadas, velhos e novas tensões, punham em risco a segurança dos cortesãos. Já em 1808, às quatro paróquias foram constantemente vigiadas, “seria o primeiro esforço sistemático para policiar crimes no Brasil” (SCHULTZ, 2008, p. 164).

A autora aponta que a escolha da coroa pela manutenção da escravidão, era acompanhada das preocupações, de se morar e governar em uma cidade vulnerável, onde o temor e o medo, determinavam a forma de como tratar a questão dos negros. Buscando um equilíbrio através da educação moral e um controle severo. Partindo da subalternização oficial que a condição de indivíduo escravizado impunha a um substancial contingente de habitantes da cidade possuía, e seriam associados aos elementos que compunham as chamadas “classes perigosas” que (CHALHOUB, 1996) aponta em conceito mais restrito e do qual trataremos mais adiante. Podemos observar que a discriminação racial se transformou em desculpa simultaneamente uma arma para toda sorte de perseguição e sofrimentos.

Os estudos feitos para a realização desse trabalho, apontam para a hipótese de que tanto no período essencialmente rural, quanto no processo de desenvolvimento urbano, o Estado, seja ele colonial, joanino ou imperial,

exerceu um papel fundamental para a perpetuação da escravatura. Sendo igual a sua atuação para a normatização das segregações e a hierarquização das competências e possibilidades de ascensão social. Da Intendência Geral de polícia à Igreja, tentáculos servis do Estado, agiram deliberadamente para a exclusão dos negros do processo de desenvolvimento que a urbanização se impôs no país.

As instituições do Estado, concorreram para a manutenção da ordem vigente, combatendo os pobres e viciosos, que por não manterem condições de acúmulo de riquezas, eram considerados perigosos e nocivos.

(FRIDMAN, 1999) descreve o papel que a Igreja e suas irmandades desempenharam na ocupação do solo urbano. A autora desenha a segregação racial<sup>vi</sup> sofrida por negros, quando não fugitivos nos quilombos, eram empurrados cada vez mais para as franjas do que poderia ser chamado de núcleo urbano desenvolvido do Rio de Janeiro.

Desde o início da colonização portuguesa houve, no Brasil, irmandades separadas para brancos, índios, negros e, com o aumento da miscigenação, confrarias para os pardos. Isso demonstra uma segregação racial e o exclusivismo social das irmandades no Brasil. (FRIDMAN; MACEDO, 2013, p.2)

Apesar da sua capacidade organizativa, e persistência em fazer parte da vida social e religiosa, as irmandades compostas de negros e mestiços, sofria toda a sorte de desprestígio, tendo as suas atividades especialmente reguladas e os seus espaços de atuação concedidos em lugares distantes, arrabaldes insalubres e desprovidos de infraestruturas.

Se, a princípio, os escravos sequer eram considerados em qualquer questão de cunho religioso, não foi sem propósito que não tardaria para que lhes fosse imposto o “direito” de serem católicos. Portanto, a permissão para que a população negra se associasse em irmandades não passou de uma medida política, por parte do Estado português, visando o controle do território e da população. (FRIDMAN; MACEDO, 2013, p. 3)

No Rio de Janeiro mesmo a crença e a disposição ao sincretismo eram tolhidas pela cor da pele, pela origem racial de suas súplicas.

### *3.2. O negro e a resistência na cidade do Rio de Janeiro*

A população negra traçou diversos processos de resistência, algumas ruidosas e outras silenciosas na disputa tanto pela liberdade, como pela ocupação do solo urbano e seu “direito à cidade”. O Rio de Janeiro, foi palco de manifestações de dor e alegria, por parte de uma população negra e carente. Essa mesma população que, se por um lado, buscava redes de contatos e sublevação, simultaneamente, buscava caminhos para uma inserção, de forma até mesmo pacífica, às normas, regras e legislações que a empurravam para a margem da sociedade.

A territorialização do negro no Brasil nos oitocentos, mesmo antes da abolição, ou quando as condições econômicas assim o permitissem, foi dotada de um sentido cultural da amálgama de diversas experiências trazidas das senzalas, dos quilombos, e que se manifestaram nos mucambos, quilombos e cortiços. A socialização encontrada nesses espaços de presença negra é herdeira das

tradições religiosas e sociologias próprias de suas origens e experiências no solo brasileiro.

(ROLNIK, 2007) ao se propor a suscitar o debate sobre a territorialização negra, introduz aspectos fundamentais para a compreensão da complexidade das experiências negras, introduzindo caminhos para entendermos as resistências sofrida pelo povo negro.

apresentar e discutir o próprio conceito de território urbano, espaço vivido, obra coletiva construída peça a peça por um certo grupo social. Assim, ao falarmos de territórios negros, estamos contando não apenas uma história de exclusão, mas também de construção de singularidade e elaboração. (ROLNIK 2007, p. 76)

A senzala, como aponta a autora, apesar de ser o símbolo do totalitarismo, da usurpação de liberdade, foi também um potencializador de ressignificação de existência, de reorganização de sistemas e códigos tribais, culturais e religiosos que a força, encontraram uma nova codificação, uma nova potencialidade nascida da dor.

Porém, não eram só o olhar vigilante do senhor e a violência do trabalho escravo que estruturavam o cotidiano dos habitantes da senzala. Foi também no interior dessa arquitetura totalitária que floresceu e se desenvolveu um devir negro, afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras. O confinamento na terra de exílio foi capaz de transformar um grupo – cujo único laço era a ancestralidade africana – em comunidade. (ROLNIK, 2007, p. 76).

Esse novo ressignificar e reorganizar, só foi possível graças a essa herança africana, a experiência desse traço africano, da adaptabilidade que não deve ser confundida com prostração e aceitação. O agrupar, o vivenciar o território/terreiro que irá gerar as estruturas culturais e religiosas típicas da experiência diaspórica em solo nacional e, que como um fetiche, passaram a “representar” a socialização negra, encontram no sofrimento das senzalas o seu terreno fértil.

A lição do terreiro é a do convívio de diferenças sem a perda da perspectiva de fundo comum. Foi assim que a diversidade étnico-política africana não impediu que se divisasse, na diáspora, uma totalidade na diferença com o Ocidente europeu. Existem atitudes - ainda que os conteúdos socio ritualísticos difiram entre si – comuns à maioria dos povos da África, que permitem falar, com extrema cautela, de um "homem africano", isto é, do sujeito de um paradigma civilizatório não prometeico, não dissociado de uma ordem cósmica, não criadora de oposições radicais entre sujeito e objeto, mas francamente territorializante. Em outras palavras, um paradigma que inscreve no corpo das regras culturais o imperativo do limite. (SODRÉ, 2002, p. 33).

Um elemento central, impulsionador desse processo, que (ROLNIK, 2007) aciona como basilar, um fulcro onde está assentada a socialização do negro, era o próprio corpo.

“Um dos suportes mais sólidos desse repertório negro foi, desde a senzala, o próprio corpo, espaço de existência, continente e limite do escravo. Arrancado do lugar de origem e despossuído de qualquer bem ou artefato, era o escravo portador – nem mesmo proprietário – apenas de seu corpo. Era através dele que, na senzala, o escravo afirmava e celebrava sua ligação comunitária; foi através dele, também, que a memória coletiva pôde ser transmitida, ritualizada. Foi assim que o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, transformou-se em terreiro, lugar de celebração das formas de ligação da comunidade.” (ROLNIK, 2007, p. 76)

Essa capacidade de individualização, mas ao mesmo sendo muitos em um, onde corpo aprisionado, introjeta uma liberdade resistente, que com sua potência cria conectividades em uma rede de pertencimento e resistência, transformando o espaço a eles destinados, símbolos do horror e da desumanização, em território de cumplicidade, abrigo e afetos.

Os temores em relação aos riscos que a presença negra, representava para o Estado e a sociedade, se justificam justamente pela grande massa de indivíduos escravizados, mas que possuíam suas próprias redes de contatos e estabeleceram diversos processos de resistência a sua condição de cativo. A dependência dessa massa humana, geralmente aviltada em sua condição humana, era arcada pela importância que esses elementos, representavam para a economia e organização da vida diária.

### *3.3. A segunda metade do século XIX: da crise habitacional a Guerra dos cortiços*

A segunda metade do século XIX, é um momento de avanços na consolidação do capitalismo como meio de produção. O avanço desse modelo produtivo, como Benchimol (1992) nos lembra, revolucionou as estruturas das velhas cidades, que se apresentavam inadequadas e inadaptadas às necessidades de maior circulação e acúmulo de força de trabalho necessária para a extração do mais valor absoluto. “A mecanização da produção, articulada às violentas crises cíclicas da indústria, resultaram na formação de um grande exército industrial de reserva, realimentando assim a crise habitacional” (BENCHIMOL, 1992, p.126).

Em determinados momentos estanques, que vão configurando as características desse período de passagem da primeira metade para a segunda, alguns fatos merecem especial destaque, entre eles: o fim da comercialização legal de escravos; o conseqüente aumento do trabalho assalariado; a lei de terras; as políticas de imigração e as políticas de branqueamento da nação; os surtos epidêmicos e o movimento higienista.

Estes, entre outros eventos, como a promulgação do Código Comercial, igualmente de 1850, que uniformizou as leis relativas às falências, contratos, hipotecas, etc., como nos apresenta (BENCHIMOL, 1992), que ganham destaques nessa confluência na virada da metade do século XIX, por reunirem características de confluência entre as mudanças econômicas e as transformações sociais e urbanísticas da velha cidade.

#### *3.3.1. Fim do comércio escravo*

As transformações econômicas mundiais, trouxe em seu rastro a imposição pela ordem mundial vigente ao combate ao tráfico negreiro. A Lei n. 581 que levou o nome do ministro da Justiça do Brasil a época, também senador Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara. decretada em 4 de setembro de 1850, alterava a legislação escravista do país e atendia as exigências da Grã-Bretanha, na adesão brasileira a sua própria legislação, conhecida como lei Bill Aberdeen<sup>vii</sup> de cinco anos anterior, mais precisamente e adotada em 8 de agosto de 1845.

Nesse mesmo período o Vale do Paraíba crescia em importância na produção do café. A cidade de Vassouras, considerada no período como a capital nacional do café, chegou a dominar aproximadamente 78% do mercado, além de Vassouras, a cidade de Cantagalo se destacava entre os municípios na parte fluminense do vale.

A peculiaridade do processo de transposição para o capitalismo, no caso brasileiro, diferentemente do ocorrido em países mais avançados, deu-se na passagem do serviço escravo para o capitalismo. Naquele período, a circulação de mercadorias e a força de trabalho para as grandes propriedades rurais ainda prevaleciam como forma predominante nas atividades da urbe. Como destaca (BENCHIMOL, 1992), esse modelo de circulação, demandava um número considerável da mão de obra escrava responsável por mover o complexo portuário da cidade.

Os escravos de ganho configuravam uma situação distinta (...) dispunham de relativa autonomia. Circulavam e trabalhavam no coração econômico do Rio de Janeiro (...) dominavam a paisagem das ruas e dos lugares de circulação mais intensa, como vendedores ambulantes (prática muitas vezes articulada a uma produção artesanal), ou alugando o uso de sua força de trabalho no mercado de serviços urbanos (BENCHIMOL, 1992, p. 127).

### 3.3.2. Lei de Terras

Outro importantíssimo marco, foi a transformação radical nas relações fundiárias no Brasil. Com a adoção da Lei n.º 601/1850 de 18 de setembro de 1850, conhecidas como Lei de terras. Os complexos mecanismos adotados na legislação, cerceavam o novo instrumento de compra dessas terras, a elite branca, comerciantes e estrangeiros.

Dois outros elementos importantes a serem destacados nessa legislação, que teriam, um, implicações imediatas na política do Estado e nas ações da sua administração pública e outro, consequências futuras para o conjunto da população negra.

O primeiro elemento a ser destacado, foram as benesses e concessões destinadas no corpo da lei aos colonos. Aos colonos, em especial, ao que se refere aos estrangeiros. A legislação coadunava com uma cultura do branqueamento da população para tanto foi promovido como argumenta (HERNÁNDEZ, 2017, p.54). O Brasil teria, o mais extenso aparato legislativo visando a restrição regulamentada das questões raciais no período pós-abolicionista. A autora ainda aponta que o primeiro passo, foi a criação de medidas que garantisse a imigração especificamente europeia e, em segundo lugar, proibir ou fortemente desestimular a imigração de pessoas de ascendência africana, asiática ou indígena.

Essa dinâmica procedimental, que viria se ampliar, com os pós-abolição, teve na lei de terras, portanto, os seus primeiros passos em direção a consolidação de uma política de branqueamento e construção de um ideário de nação. Uma nação que fosse mais branca e absorta em um conjunto de virtudes europeias. A Lei de Terras foi um instrumento do Estado brasileiro, para operar ou iniciar uma operação de transformação ética da composição da população.

O segundo elemento que destaco nessa legislação, que além das imediatas restrições, que trariam consequências futuras para a população negra e a sua relação com a terra e a propriedade, são exatamente as dificuldades para essa parcela da população, alijada, se não na letra da lei, o foi nos meandros das condições objetivas que a legislação exigia para a aquisição de terras. Alguns empecilhos se mostravam intransponíveis para alçar a condição de proprietários. O primeiro, e do qual não se pode fugir, é a condição de escravizado, portanto, esse mesmo, já proprietário de outrem, lhe era vedado a aquisição. O segundo, é que mesmo livre, a esmagadora maioria, não possuía, os requisitos financeiros necessários, para a compra das terras.

### 3.3.3. Cidade Pestilenta, surtos, epidemias e o higienismo

A cidade do Rio de Janeiro, era de fato uma cidade suja, pestilenta e a despeito de todas as ações de melhorias, que foram se somando ao longo dos séculos. A cidade, por confluência de interesse econômicos e financeiros, tornou-se, como argumentamos anteriormente, um contínuo destino de migração e afluxo de diversos personagens, entre eles negros escravizados fugitivos e negros escravizados trazidos em comércio até a Lei n. 581 (Euzébio de Queiroz), e posteriormente, como fruto de contrabando, que em maior ou menor número se somavam ao já apertado e concentrado núcleo urbano.

Os surtos epidêmicos, já aconteciam há muito tempo na cidade, remontando aos tempos dos vice-reis e a associação entre doença, negros e pobreza se davam, não necessariamente nesta ordem, desde muito tempo. Durante a primeira metade do século pequenos surtos já chamavam a atenção da administração pública. Ainda no ano de 1835 a câmara municipal do distrito federal iniciou a promoção de debates sobre a regulamentação do espaço urbano. O destaque desse processo foi a criação da Junta de Higiene Pública.

O cenário da cidade foi o ideal para que o higienismo, fosse se consolidando como logos epistêmico e futuramente em motor estruturante das administrações. Apesar do aparente foco na saúde física e moral, nas condições de vidas no viver em cidades, tratava-se de uma necessidade emergente da ordenação das grandes metrópoles. Aglomerados urbanos que iam surgindo com o desenvolvimento das formas de produção e a mudança do eixo de poder, do campo para as cidades. O movimento higienista, arriscamos dizer, surge como uma consequência “natural” do desenvolvimento técnico científico.

Combinada a escalada da transformação da matriz produtiva, a dissolução da forma escravagista de força de trabalho contribuiu para o desmantelamento da precária estrutura de moradia e ocupação da cidade. Os escravos domésticos, que antes habitavam as casas, sobrados e chácaras de seus senhores, engrossaram a massa de necessitados de habitação e trabalho. A esses somavam-se os escravos de ganho<sup>viii</sup> que, mesmo antes da emancipação, já possuíam relativa autonomia, podendo alugar quartos em cortiços e dominavam em número e vivência a capital do país com sua luta diária pela subsistência e pagamento aos seus senhores.

A penúria e carestia das habitações para a grande massa dos "pobres" irrompeu no Rio de Janeiro no momento em que se desarticulou a escravidão urbana, com a extinção do tráfico. Permaneceu como crise latente na história da cidade, confundida com os surtos epidêmicos, assumindo dramáticas proporções

quando a abolição da escravidão e a queda da monarquia desataram o volumoso fluxo de imigrantes estrangeiros que veio engrossar a população permanente ou em trânsito da capital da República” (BENCHIMOL, 1992, p. 128).

Agentes da administração pública, em meados do século XIX, já apontavam a imbricação entre as condições de vida da parcela mais carente da população carioca e as levadas de surtos epidêmicos que afligiam a capital do país. Os agentes administrativos associavam aos exorbitantes valores dos aluguéis, as soluções encontradas por esses que era a aglomeração em condições insalubres, como relata (BENCHIMOL, 1992) através da carta datada de 13 de março de 1860 do secretário de polícia ao ministro do Império relatando as condições e os motivos dessa situação alarmante à época:

(...) de tal modo exagerados que a classe do povo menos favorecida da fortuna, não podendo suportá-los, vê-se por isso obrigada a tomar aposentos nestas casas, que por aí existem, a que se dá muito apropriadamente o nome de "Cortiços" visto a eles se assemelharem.

Essas casas do construídas extravagantemente, sem observância dos preceitos higiênicos, tendo-se apenas em vista o maior número possível de aposentos, a fim de produzirem maior renda ao proprietário (BENCHIMOL, 1992 p. 129).

O pensamento higienista, assumiu, paulatinamente, o protagonismo no pensamento científico em diversos segmentos da sociedade e no poder público na capital do país. Alçada a uma áurea mítica, ornada da infalibilidade científica, sobre a qual, não se deveria ter nenhuma dúvida sobre a sua leitura da realidade, seu diagnóstico social e sua prescrição técnica.

o Rio de Janeiro padecia, com condições de vidas cada vez mais aviltantes e intrincadamente, os negros, que consistiam na vanguarda da preferência dos aparatos policiais repressores. (CHALHOUB, 1996), faz um paralelo entre os temores que já havia quanto ao grande contingente de negros que circulavam e moravam em condições de indigência, como (BENCHIMOL, 1992) bem detalhou, com os temores de contaminação real, associado a raça negra.

A segunda metade do século XIX, em particular na cidade do Rio de Janeiro, criou-se um ambiente perfeito para crescimento do movimento higienista e sua associação, cada vez mais profícua com a administração pública.

Alçada à condição de dogma científico, as soluções apontadas pelos higienistas, que viriam ser conduzidas pelos sanitaristas, coadunavam com os anseios das elites da sociedade, aos planos do Estado e às necessidades do capital.

Tal ordem de ideias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação “saneadora” dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração pública, especialmente após o golpe militar republicano de 1889. (CHALHOUB, 1996, p.35)

Como veremos mais adiante, o conjunto de medidas e soluções técnico administrativo, alçaram o saber médico paulatinamente a condição de “sacerdotes” da nova Roma que ardia em febres e calamitosa mortalidade e os negros serem os agentes infectuosos, elementos a serem afastados para a saúde e beleza da nova capital que deveria ser saudável e ornada de ares civilizastes, com nova aparência e tingida de branco.

### 3.3.4. A segregação como política pública, abolição, imigração e política de branqueamento

A cidade do Rio de Janeiro se encontra no fim do século XIX em franca expansão e depositária de uma crise habitacional. Havia uma população crescente e uma massa de negros e pobres que, não recebedora das benesses das transformações econômicas e políticas que chegaram com a mudança do regime, seguem as suas vidas em busca de um lugar nessa cidade injusta, caótica e cheia de problemas oriundos das escolhas políticas de seus dirigentes.

A sonhada emancipação, raiz e fruto de conflitos dessa massa crescente de negros já revisada em diversos trabalhos e que nesse curto estudo, apesar de não perder o seu papel central no processo histórico das experiências dos negros na cidade e no país, assume o papel de uma chave e ligação entre as segregações, sofrimentos e lutas do período anterior a decretação da Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888. A chamada Lei Aurea e toda construção de uma nova ordem econômica e social, que ideologicamente pautada na diferenciação de negros e brancos, criava as bases justificativas da segregação territorial. (SODRÉ, 2002) aludindo a noção proxêmica ocidental, explica:

Ora, como o afastamento de escravos e ex-escravos afigurava-se fundamental a uma sociedade que, no final do século XIX, sonhava em romper social, econômica e ideologicamente com as formas de organização herdadas da Colônia - e que já excluía o negro dos privilégios da cidadania -, intensificaram-se as regras de segregação territorial, tradicionais na organização dos espaços brasileiros. (SODRÉ, 2002, p. 39).

Para (SODRÉ, 2002) a Abolição nos parâmetros que fora adotada, sem uma reforma agrária, ao contrário, regida pelas limitações que a Lei de Terras de 1850 impusera; sem uma concertação dialógica e pactuada, feita de cima para baixo, reforçava esse poder que desde a colônia, ganhava forma e se impunha, seja na traça das ruas, nos desenhos das edificações.

O processo abolicionista, possuiu uma complexidade que requer o devido respeito, sendo mais amplo que uma concessão imperial e mais complexo que o conjunto de lutas e ações que o forçaram a sair parcialmente vitorioso.

O cerne da argumentação aqui exposta é que, como afirma (SODRÉ, 2002) as transformações sociais que vão se consolidar com a abolição dos negros, iriam desarticular as relações sociais caracterizadas pela escravatura.

A espacialidade entre negros e brancos, que era distinguida pela arquitetura das moradias, pelo tipo de escravidão, pelas relações entre senhor e escravo e desse último com a socialização com o espaço da cidade, ganha uma nova configuração com a liberdade. A abolição tece novas relações econômicas e sociais entre esses dois grupos, e os colonos estrangeiros que vem a esses se somar nesse caldeirão de relações, que se transforma a vida na cidade.

Como vimos anteriormente, o Rio de Janeiro, nas décadas finais do século XIX, possuía, portanto, essa massa de homens e mulheres negras que ao lado de mestiços, brancos desfavorecidos e estrangeiros desafortunados. sobreviviam em condições insalubres, sobretudo no antigo núcleo urbano, que contrastavam com as políticas e planos de expansão econômica e construção de um ideário

de nação que deveria dar as costas para seu passado colonial e adaptar-se às novas configurações estéticas, políticas e arquitetônicas.

Por seu passado de lutas e conflitos, os planos das administrações públicas da capital e do governo federal encontravam na população negra e pobre um entrave. As soluções de incentivos à imigração estrangeira branca e às perseguições sistemáticas aos elementos da raça negra, amplamente registradas e incentivadas pela imprensa da época, somam-se como componentes à equação que visava a ocupação do território e a ressignificação espacial e imaginária, buscando apagar as memórias de luta e resistência da população negra. Nesse ponto cremos ser acertado quando (CRUZ, 2007) aciona (CHALHOUB, 1990) para demonstrar que mais do que uma cidade colonial, com becos e ruas escuras e casebres miseráveis, frutos da miséria de um sistema excludente e segregacionista, o Rio de Janeiro era um lugar de histórias de lutas e vivências.

Ao perseguir capoeiras, demolir cortiços, modificar traçados urbanos, em suma, ao procurar mudar o sentido do desenvolvimento da cidade os republicanos atacavam na verdade a memória histórica da busca da liberdade. Eles não demoliam casas e removiam entulhos simplesmente, mas procuravam também desmontar cenários, esvaziar significados, penosamente construídos na longa luta da cidade negra contra a escravidão (CHALHOUB, 1990, p.186).

O Rio de Janeiro possuía camadas de existências que independiam, ou melhor, subsistiam independentemente das vontades e articulações do poder público, com um passado próprio e sujeito a sua própria organização e sentidos. (CHALHOUB 1990) argumenta que havia, ao menos do ponto de vista dos negros na cidade, um sentimento de resistência muito grande às autoridades republicanas e que “Com efeito, os escravos, libertos e negros livres pobres da Corte haviam instituído uma cidade própria, arredia e alternativa, ao longo de décadas de luta contra a instituição da escravidão no século XIX”. (CHALHOUB, 1990, p.185).

A grande concentração negra nos anos 1870, na constituição dessa cidade, contraditoriamente eclipsada pelo discurso oficial, menosprezada pelas autoridades, mas exposta à luz dos mercados, praças, ruas e organizações religiosas e sociais. A cidade negra e incômoda era fruto de uma ação política, que transformava rotina em luta pela busca da liberdade física dos corpos e a liberdade de se expressar e reconhecimento social. E foi justamente esse reconhecimento, que não passou despercebido pelas autoridades públicas e o capital. Veremos mais adiante que na década de 1870, antes mesmo da emancipação dos negros, a administração e frações do capital, iniciaram as bases para a ressignificação espacial dessa concentração negra nas áreas centrais da cidade.

3.3.4.1 A expansão dos meios de transportes. Crescimento e desenvolvimento seguindo em direções opostas. A administração pública como indutora de desigualdades

A cidade que chega à década de 1870 é bastante diferente daquela que recebeu a família real no início do século. A implementação da corte, significou um rearranjo econômico e social. Trouxe novas necessidades, costumes e o crescimento populacional, que gerou um grande adensamento na parte central da cidade. Impôs, portanto, novas formas de sociabilidade e convivências.

O crescimento econômico e a consolidação da independência política da cidade passaram a atrair cada vez mais o capital internacional, que buscava novos portos que lhe trouxesse oportunidade de crescimento e lucratividade. Boa parte desses novos investimentos foram em setores de serviços públicos.

Essa cidade adensada, onde as diversas classes sociais conviviam em proximidade, que muitas das vezes foram forçados a conviver no passado, devido à conveniência ou segurança. A falta de meios de locomoção adequados, certamente foi um freio considerável para o espraiar habitacional na cidade, uma vez, que a vida social e econômica, se dava no centro da cidade e as condições de circulação, sobretudo de grandes levas, demandavam tempo, esforço e sacrifícios.

O desenvolvimento dos meios de transporte de massa, destravou essas amarras de locomoção, mas desenvolveu as bases para uma divisão espacial de classes mais estratificada, delimitada e que daria a tônica do desenvolvimento urbano no século seguinte.

Essa separação só foi possível, entretanto, devido à introdução do bonde de burro e do trem a vapor que, a partir de 1870, constituíram-se grandes impulsionadores do crescimento físico da cidade. Um crescimento que segue a direção das "frentes pioneiras urbanas" já esboçadas desde o Século XVIII, mas que é agora qualitativamente diferente, já que os usos e classes "nobres" tornam a direção dos bairros servidos por bondes (em especial aqueles da zona sul), enquanto para o subúrbio passam a se deslocar os usos "sujos" e as classes, menos privilegiadas. (ABREU, 2006, p.37)

Esse movimento de desenvolvimento dos transportes urbanos, como (ABREU, 2006) afirma, teve na década de 1870 um marco divisório. Foi nesse período quando os sistemas de bonde e trens passam a circular, de maneira concomitante. Esse seria apenas mais um evento desimportante, não fosse a partir dessa década que se dá a derrocada do sistema escravagista, inicia a sua ruína, colapsando o sistema de produção colonial e como afirmamos anteriormente, detonando novas formas de organização econômica e de ocupação da cidade.

Foi justamente nesta década que se estruturaria, com consequências em um futuro próximo, mais um eixo de sustentação do que denomino tripé segurança-higiene-engenharia. Esses elementos que com protagonismos e temporalidades<sup>ix</sup>, que não necessariamente se sobrepõe, mas que se complementam. Essa tríade, formam o que acreditamos ser a base de um Instrumental Técnico, com diversas ferramentas de consolidação das camadas de projetos de cidade. E essas ideias iriam ao longo do século XIX, deslanchar, no início do século XX, na cidade capitalista, burguesa e anticolonial.

#### 3.3.4.2 A Comissão de Melhoramentos de 1875

A administração pública, encontrava, como vimos anteriormente, calcava a justificativa por ações mais energéticas, quanto a melhoria da urbanidade da cidade, no discurso higienista, consideravelmente potencializado pela severa sequência de epidemias que assolaram a cidade, responsáveis pela morte de milhares de pessoas.

Para a elite econômica e dirigente do país, o que chamarei de tripé do atraso, formado por doenças - miséria/negros - arquitetura urbana, seria o elemento

causal dos males que retardavam o progresso econômico e o desenvolvimento da cidade e por consequência do país.

Como vimos, desde meados da década de 30 dos oitocentos, mais precisamente a partir de 1835, a câmara municipal iniciou debates sobre regulamentação das dimensões urbanas e criou em 1849 a Junta Central de saúde, formada por médicos e sanitaristas e em 1874, a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro.

A formação da comissão, atendia as necessidades das frações do capital, que buscavam um ambiente propício para o desenvolvimento de novos negócios, tanto no campo da engenharia, quanto exportação e comércio. A cidade necessitava de um novo chão, sobre o qual pudesse desenvolver uma nova planta estrutural, que desse conta dos avanços do capitalismo que buscava no país, um porto para sua expansão mundial.

Ao mesmo tempo, fazia-se necessário, a exemplo das transformações ocorridas nos países europeus, que as cidades fossem adequadas as novas exigências e necessidades. Fazia-se necessário, simultaneamente, manter um grande contingente populacional, com as reservas necessárias para a produção, mas que fosse em condições aptas a reprodução dessa mão de obra.

A comissão, foi o coroamento de uma associação econômico-técnico-administrativa, que apesar, de não representar propriamente uma novidade na governança do país, foi um embrião de soluções políticas econômicas. Soluções essas, que encontrariam na virada do século, o ambiente propício para com retornos, profícuo no para essa associação economia, meios técnicos e administração pública.

### 3.3.4.3 Guerra aos cortiços

Como arguimos ao longo do texto, a preocupação com as moradias populares, ou melhor, o destino de moradia, estiveram no centro das preocupações da administração pública durante todo o período aqui estudado. Podemos associar a essa preocupação, a mobilidade da população negra e sua distribuição espacial.

O negro estava no coração do conceito de “classes perigosas”. (CHALHOUB, 1990) afirma que “o contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de “classes perigosas” no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais.” A repulsa as classes perigosas, advinha, devo supor, de uma combinação entre as suas origens subalternas e a necessidade perene de mão de obra que pudesse pôr para funcionar as engrenagens econômicas que estavam em francas transformações.

A preocupação com a ociosidade e as dúvidas quanto a capacidade produtiva dos negros, sem a mão forte de um proprietário, transformava as massas pobres, imensamente compostas por negros, em um desafio a ser transposto. O discurso do então deputado Mac-Dowell, trazido por (CHALHOUB, 1990) como bem ressalta o autor, configura bem essa indisposição para com essa parcela considerável da população.

Há o dever imperioso por parte do Estado de reprimir e opor um dique a todos os vícios que o liberto trouxe de seu antigo estado, e que não podia o efeito

miraculoso de uma lei fazer desaparecer, porque a lei não pode de um momento para outro transformar o que está na natureza. (CHALHOUB, 1990, p. 23)

Como podemos ver, havia uma barreira social para o negro e os demais indivíduos da classe menos abastardas, para serem reconhecidos como cidadãos (em particular ao negro escravizado) e pessoas de bem e produtiva, de modo geral a todos os desafortunados. Como bem afirma (CHALHOUB, 1990), essa noção de que o indivíduo que não possuísse posses e dinheiro, o tornava um malfeitor, um ocioso que não tinha empenho ou gana para a acumulação e ser um bem-sucedido na vida, trouxe graves consequências para a história que seria construída na cidade e por extensão no país.

Portanto, a indisposição para os locais de moradia das classes mais pobres era se não uma extensão dos seus moradores, de suas condições de vida e de sua impropriedade na construção de uma cidade produtiva que vicejasse prosperidade.

A proliferação de cortiços estava ligada, como já afirmamos, a diversos fatores, como a curva ascendente de imigrantes e no período anterior a abolição o crescimento das concessões de cartas de alforrias, além da extensão da modalidade de negros de ganho. Foram esses alguns dos motivos que geraram um aumento por estadias no centro da cidade.

(CHALHOUB, 1990) destaca as ações agressivas da administração pública da capital, em particular o desmonte da estalagem situada na rua Barão de São Félix, n.º 154. Como um ponto focal para se compreender as ações do poder público e sua associação com o capital privado na formulação de uma ideologia intervencionista na gestão do espaço urbano. “O episódio da destruição do Cabeça de Porco se transformou num dos marcos iniciais, num dos mitos de origem mesmo, de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade.” (CHALHOUB, 1990, p. 19). O autor destaca dois pontos fundamentais para se compreender a truculência das ações contra os cortiços e em especial, o Cabeça de Porco.

O primeiro é a construção da noção de que “classes pobres” e “classes perigosas” — para usar a terminologia do século XIX — são duas expressões que denotam, que descrevem basicamente a mesma “realidade”. O segundo refere-se ao surgimento da ideia de que uma cidade pode ser apenas “administrada”, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos: trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas. Essas duas crenças, combinadas, têm contribuído muito, em nossa história, para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio mesmo de cidadãos. (CHALHOUB, 1990, p. 19-20).

Foi com esse espírito e simbologia, que chegamos no cair da noite do dia 26 de janeiro de 1893, na rua Barão de São Félix, n.º 154, na entrada do mais famoso cortiço da cidade daquele período, o Cabeça de Porco.

A demolição do cortiço Cabeça de Porco atendia uma sanha do poder público que motivado em sua cruzada higienista, incensada por uma sanha moralizadora e que visava expurgar do centro da cidade tão desagradável presença. Representou uma inflexão operacional de décadas de elaboração de um ideário higienista, que me parece ter em seu cerne um elemento separatista. Esta estrutura que classificava e elaborava juízo de valor dos negros e pobres por sua origem (cativeiro) e sua cor, situação que pouco lhes conferia condições de maiores diligências quanto as melhores práticas de higiene e moral. A

segregação para com os corpos negros, discordando aqui da percepção de (CHALHOUB, 1990), não foi apenas uma consequência natural do pensamento de Barata Ribeiro. Por mais que se possa aludir uma inocência sonhadora no primeiro prefeito do Rio de Janeiro, a presença dos capitalistas em tal empreitada, nos remete as associações que o Estado e sua administração pública, realizava com as mais diversas frações do capital, nas mais diversas áreas de atuação.

Os negros, os pobres, as capoeiras que foram vítimas prioritárias da repressão policial, sanitária e expostos as mais diversas doenças decorrentes da insalubridade das condições de moradia, viam, a partir da noite de 26 de janeiro de 1893, suas casas demolidas e em muitos casos, destruídas com seus filhos e pertences, ainda dentro dos módicos imóveis. A estes, restou apenas o abandono do cortiço e o escalar do morro a qual a estalagem era limítrofe. Ao subir o morro que posteriormente receberia o nome de Favela, aqueles homens, mulheres e crianças, viam ao longe, entre as poeiras da destruição de uma vida, a passagem do Rio dos cortiços, para o Rio das favelas, mas sem não antes, assistir do alto do morro, a passagem do século e com ele a chegada de uma máquina de se fazer cidade.

#### **4. Século XX à atualidade, soltos na estrada, mas livres no caminho.**

##### *4.1. A “Grande Reforma”, inovadora nas técnicas, conservadora nos costumes*

A chegada de um novo século trouxe oportunidades de se aplicar todo um cabedal de conhecimento científico nos campos da medicina e engenharia. O substancial arcabouço jurídico, alinhado a uma legislação que foi se moldando para a construção de uma cidade que fosse a expressão de sua classe dirigente.

Com a chegada ao poder do engenheiro Pereira Passos, fortalecia-se o tripé segurança-higienismo-engenharia, que pela formação do prefeito, e sua experiência ao acompanhar as transformações ocorridas em Paris, ganhava um contorno de ciência a serviço das transformações urbanas. A oportunidade, para pôr em prática as mudanças que eram parte de um ideário higienista, tinha na administração Pereira Passos o seu melhor momento. As ações de Barata Ribeiro em sua Guerra contra os cortiços, haviam servido de prelúdio, de um balão de ensaio que serviria de parâmetro para as ações de limpeza da cidade, mas levada a escalas sem precedentes.

O Rio de Janeiro de Pereira Passos e Rodrigues Alves, se apresentou como uma contradição, pois buscando a modernidade, perpetuou de forma dramática as práticas de segregação espacial, cultural e imaginária observadas em momentos anteriores da história do país. “A ideia de branqueamento da ocupação do território indica a multiplicidade de interesses que entrelaçam o branqueamento às dimensões econômica e geopolítica de gestão do território” (SANTOS, 2009, p. 5).

A administração pública da virada do século XIX para o século XX, elitista, plutocrática e racista, promoveu o “Bota Abaixo” de casas, história, imagens e de memórias de um povo. A “Grande Reforma” republicana, modelo de planejamento e urbanização que seria aprofundada nas décadas seguintes, guarda, traços de um passado colonialista e autoritário. Buscando arejar a cidade e resolver o problema da presença negra e pobre no centro da cidade do Rio de

janeiro, multiplicou problemas e de suas ruínas nasceu, multiplicaram-se e espalharam-se novos bolsões de pobreza.

Observar as formas como as populações foram hierarquizadas, divididas e condicionadas tal como uma vacina do capitalismo à nossa capacidade de interagir e de buscar soluções para as nossas mazelas. Entender o quanto a sua colonialidade nos é imposta, em uma miríade de hierarquias que se sobrepondo e interagindo, agem como ferramentas metodológicas, a serviço da manutenção do sistema de exploração do homem pelo homem.

Como apontado anteriormente, no caso da escravidão as dicotomias civilização e barbárie, cristianismo e perversidade, religiosidade e luxúria que se sobrepõem ao longo da história adquirem traços de institucionalidade e modus operandi do Estado para com essa parcela da sociedade. Os negros foram e ainda são indivíduos marcados não apenas pelos costumes, mas igualmente pela normalização e normatização de leis e códigos de condutas.

A “barbárie esclarecida”, que marcou por muitos séculos o processo de desenvolvimento civilizatório mundial, encontrou nos negros trazidos para a América, em particular os negros desembarcados em solo brasileiro, a sua vítima prioritária. Massas de indivíduos removidos dos seus territórios e lançados ao mar, sem esperanças e sem expectativas de retorno. Uma multidão de escravos, que sem um Moisés para guiá-los e ao sabor das vontades senhoris, viveram por mais de três séculos todo o martírio do deserto da iniquidade.

A escravidão, opção de desenvolvimento degradador da condição humana, serviu de trampolim que lançou o Brasil no caminho do progresso econômico, mas aprofundou desigualdades que espalham suas consequências até os dias atuais.

Somos um país, que se notabilizou por ser o último Estado a abolir a escravidão, hoje é uma nau que vive à sombra desse passado. As senzalas e mocambos foram transformadas em palafitas, casebres e barracos. Não é consciências que senzalas, quilombos, mocambos e favelas, bebam da mesma fonte de desprezo e desalento, demonstrando a espacialidade, conferida as “classes perigosas”, que em nosso país, a despeito do espriamento das condições de classe, possuem cor, sexo e raça.

Somos uma nação onde a cor da pele ainda é a marca da desconfiança, do desalento e da segregação, calcada em uma administração pública corrupta, mas muito eficaz em destruir sonhos, vidas e resquílios de lutas de um povo que sobreviveu as senzalas para cair em um cativeiro social.

A história da presença negra e suas lutas por direito ao chão, à vida e à dignidade, e sua luta contra a segregação e o direito de existir, prosseguem por diversas experiências em diversos contextos. Fica para nós a tarefa de estudar e refletir o quanto somos reflexo e perpetuadores de esquemas que tem como seu propósito a manutenção do sistema de casta que classifica a nossa sociedade.

#### *4.2. A atualidade, concretude de uma trajetória de lutas*

O século XX, sobre tudo nas décadas iniciais, será marcado pela abolição dos escravos, um momento aonde há uma alteração Não apenas política e

conceitual, mas estrutural da sociedade, é no movimento tanto da mudança da força, da consolidação, da alteração das bases do sistema econômico que vivíamos como com consequências evidentes na relação de trabalho moradia, sociabilidade.

Observamos ao longo do século a consolidação do que chamarei de Movimentos negros, herdeiros das organizações abolicionistas e a opção pelo plural é dado a sua pluralidade, que terão ao longo do século apresentaram flutuações tanto no seu formato, quanto no discurso e propósitos. Essas configurações acompanharam as mudanças políticas, sociais e econômicas em momentos de avanço e refluxos, com acertos e equívocos, mas sem sombra de dúvida, pavimentarão a pujança política, intelectual e organizativa que permitirão, ao final do século, possuírem acúmulos suficientes para surgirem como atores relevantes no debate nacional.

Com a chegada do século XXI, em um ambiente de prolongada reconstrução democrática, os movimentos negros se reposicionam e avançam em suas pautas. Disputam politicamente o debate de construção de nação e mais que reagir, consolida-se como um intérprete qualificado de sua realidade, assumindo a centralidade na construção de políticas públicas que veriam total ou parcialmente alcançadas. Nesse contexto que as ações afirmativas surgem no início do século e são objetos de disputas e nos trazem até aqui. Estamos em um momento de multiplicação de frentes de lutas, mas que possui o desafio de como aludimos no início, buscarem as conexões possíveis que fortaleçam as lutas travadas por esses coletivos.

O debate sobre as lutas negras no urbano, oferece uma oportunidade de, em uma reposição epistêmica, fornecer alguns dos nexos possíveis para esse encadeamento de reivindicações e soluções apontadas por essa parcela significativa da sociedade. O que temos ao fim e ao cabo a disputa pelo direito a cidade, o reencontro com as bases constituintes da contribuição do povo negro, que vem sendo ao longo dos anos diligentemente silenciada ou ressignificada, estando ao dispor serviço dos projetos dominantes.

A luta do povo negro vai além de uma disputa econômica, ela é cultural, estética, epistêmica. O fato da busca dessa dimensão que vai além dos ordenamentos econômicos, não pode ser confundido com a diminuição do caráter econômico. A base de toda a estruturação econômica do Brasil nos últimos cinco séculos está baseada na acumulação por despossessão do povo negro, inicialmente com a escravidão e posteriormente na perpetuação do racismo como instrumento de controle social, espacial e econômico. Debater a questão negra é contraverter a história do Rio de Janeiro e dessa nação.

## **Referências**

ABREU, Maurício A. de. A Evolução Urbana da Cidade do Rio de Janeiro. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006 -4º Edição-Rio de Janeiro.

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In SOUZA, L. M. (org.). História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, v.1, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ANTONIO RÉ, Henrique. REVOGAÇÃO DO BILL ABERDEEN E A LEI DO VENTRE LIVRE: UM ACORDO ANTIESCRAVISTA INTERNACIONAL 1864-1872.

BENCHIMOL, Jayme Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDI, 1992.

BLACKBURN, Robin. A queda do escravismo colonial, 1776-1848. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro, Record, 2002.

BRASIL. LEI DE 7 DE NOVEMBRO DE 1831. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. LEI No 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. LEI Nº 581, DE 4 DE SETEMBRO DE 1850. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRETAS, Marcos Luiz. A polícia carioca no Império. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 219-234, 1998.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte / Sidney Chalhoulb. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CRUZ, Aline Torres Dias da. Suburbanização e racismo no Rio de Janeiro: uma leitura de Madureira e Dona Clara no contexto pós-emancipação (1901 – 1920). Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

DA SILVA. Cátia Antônia. Espaço e tempo em Milton Santos: Alguns elementos para a reflexão da História Social do Território. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27661>. Acesso em: 12 jul. 2022.

Doenças e epidemias no Rio de Janeiro (1850-1880). Biblioteca Virtual Adolpho Lutz. Disponível em:

[http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/html/pt/static/trajetoria/volta\\_brasil/busca\\_doe\\_nca.php](http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/html/pt/static/trajetoria/volta_brasil/busca_doe_nca.php). Acesso em: 15 ago. 2022.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global Ed., 2003 [1936].

FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Garamond, 1999.

FRIDMAN, Fania.; MACEDO, Valter. A ordem urbana religiosa no Rio de Janeiro colonial. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1–21, 2013. DOI: 10.20396/urbana.v1i1.8635109.

GONÇALVES, Cândido Gonçalo Rocha. A construção de uma polícia urbana (Lisboa, 1890-1940): institucionalização, organização e práticas. Dissertação (Mestrado) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, 2007. Disponível em: <https://goo.gl/3EthZo>. Acesso em: 20 jun. 2022.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Cíveis / Tanya Katerí Hernández; tradução Arivaldo Santos de Souza, Luciana Carvalho Fonseca. – Salvador: EDUFBA, 2017. 231 p. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21748/1/Subordinacao-Racial-no-Brasil\\_RI.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/21748/1/Subordinacao-Racial-no-Brasil_RI.pdf). Acesso em: 4 ago. 2022.

KARASCH, Mary C. Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850. Princeton: Princeton University Press, 1987.

MARTINS, Luciana L.; ABREU, Maurício. Paradoxos da modernidade. O Rio de Janeiro do período joanino 1808-1821. In Fernandes, E.; Valença, M. (orgs.). Brasil urbano. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PEREIRA REGO, José. Esboço histórico das epidemias que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro, desde 1830 a 1870. Publicado no Diário Oficial do Império do Brasil em Dezembro de 1871 e Janeiro de 1872. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/2765/1/45000008212\\_Output.o.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/2765/1/45000008212_Output.o.pdf) Acesso em: 15 jul. 2022.

RIBEIRO, Candido Barata. Quais as medidas sanitárias que devem ser aconselha das para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro? Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Typographia do "Direito", 1877.

ROLNIK, Raquel. Diversidade, espaço e relações sociais: o negro na Geografia do Brasil / organizado por Renato Emerson dos Santos. — Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos. Rediscutindo o ensino de geografia: temas da Lei 10.639. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

SCHULTZ, Kirsten. Versalhes tropical. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira I Muniz Sodré. - Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.184 pp.

---

i (MARTINS; ABREU, 2004, p.9, apud Florentino, 1997, p. 204-208).

ii (MARTINS; ABREU, 2004, p.10).

iii (MARTINS; ABREU, 2004, p. 21 apud Algranti, 1988, p. 80-1)

iv “Em primeiro lugar, havia a temporalidade do próprio regime colonial brasileiro, fortemente associado a uma estrutura econômica baseada na propriedade da terra e na escravidão (...) A segunda temporalidade é associada ao Ancien Régime português, uma estrutura social caracterizada pelo domínio de uma nobreza ostentatória e dilapidadora, sempre em busca de privilégios, cargos públicos e favores (...) Mudando-se para o Brasil em 1808, essa classe trouxe consigo suas prerrogativas e gostos “refinados”. A terceira temporalidade refere-se ao capitalismo industrial, um novo fenômeno que estava, então, associado mais de perto à Grã-Bretanha e seus esforços para ampliar os mercados consumidores de além-mar. Considerando-se o choque dessas três temporalidades simultâneas, pode-se começar a apreender o que ocorreu no Rio entre 1808 e 1821. Foi certamente mais complexo do que uma mera transição de um tempo arcaico ou tradicional para um moderno: as contradições do processo sugerem diferentemente. Durante esse período, por exemplo, as posições de colônia e metrópole foram invertidas, o absolutismo português era apoiado pelo liberalismo britânico, e uma economia de mercado desenvolveu-se lado a lado com a expansão da escravatura” (MARTINS; ABREU, 2004, p. 3).

v (BRETAS, 1998, p. 5).

vi (FRIDMAN, 1999, p. 48)

vii (ANTONIO Ré, 2019)

viii (BENCHIMOL, 1992, p. 128)

ix (DA SILVA, 2022)